

PONTO CRÍTICO

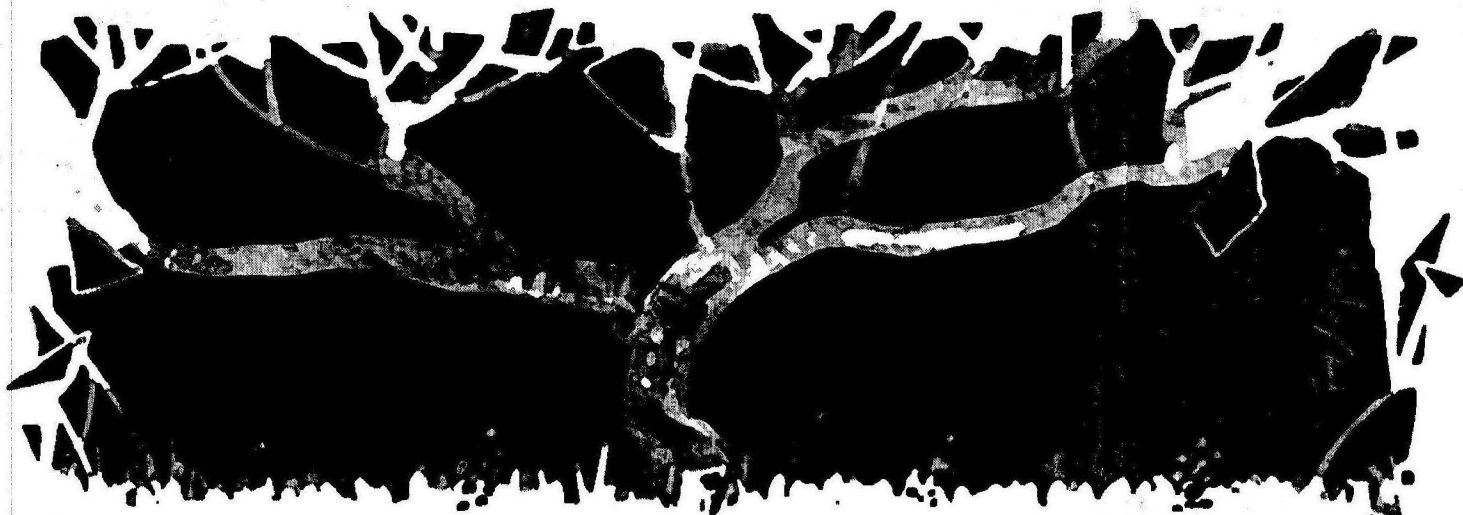
PARKWAY

A dificuldade apontada pelo GDF para enfrentar ocupações ilegais em áreas verdes pode estimular invasões?

A arquiteta Alda Rabello Cunha, membro do movimento "A Questão do Park Way é Questão de Brasília", criticou o GDF por ter manifestado dificuldade em combater invasões

nas áreas verdes do SMPW. Acha que essa atitude poderá estimular ocupações ilegais em Brasília. Rebatendo essa posição, o administrador regional do Núcleo Bandeirante, Marco

Túlio Santana Rios, entende que o temor é infundado. No GDF, garante o administrador, há a firme determinação de combater as ações de invasores e grileiros no Park Way.



SIM

GDF está sofismando

Alda Rabello Cunha

Invasão é pilhagem e pilhagem é crime. Invasões de áreas privadas e públicas são diferentes e têm que ser examinadas separadamente. A invasão da propriedade privada quebra o pilar básico da organização capitalista. Será sempre tratada como crime, pela ameaça que representa aos interesses individuais. Nesse caso, desde que viver em uma sociedade capitalista seja a opção da coletividade, a obrigação do Estado é proteger a propriedade privada. Mas também, simultaneamente, identificar soluções específicas para o problema, dependendo da origem. Para os grileiros, polícia. Para os sem-terra, a reforma agrária. Porque também é função do Estado identificar desigualdades na distribuição da propriedade privada e equilibrá-las.

No caso da invasão de área pública, a responsabilidade do Estado cresce. A área pública é um bem comum. Trata-se de um conceito difuso. É mais fácil, por exemplo, organizar uma panfletagem ou uma passeata contra o desemprego ou pelo aumento do salário mínimo. São causas que

envolvem interesses individuais contrariados. Agora, é muito mais difícil organizar um movimento em defesa de um bem comum. Contra, por exemplo, a demolição de um patrimônio tombado, em defesa de áreas públicas, da qualidade de vida de um grupo urbano heterogêneo ou pela preservação de áreas de proteção ambiental, como vem ocorrendo na questão do Park Way, onde não há um atentado claro, direto, a interesses individuais que estimulem a mobilização. Para movimentos em torno de causas difusas, é preciso mais. É preciso apreço pela vida em comunidade, pelo próximo. Por isso, é comovente observar episódios como o que ocorreu há duas semanas na Candangolândia, quando a população mobilizada impediu a demolição dos históricos cogumelos do primeiro posto da Petrobras em Brasília. E é também por isso que, nesses casos, a responsabilidade do Estado como parceiro social é muito maior. Proteger as áreas públicas é um dever do Estado. Abandoná-las não é uma opção disponível ao governo. Quando o Estado lava as mãos e se declara

impotente para deter invasões, a comunidade, sua parceira social, tem todo o direito de encarar as invasões como atos de coerção e intimidação.

Estado e cidadãos interagem. São reflexos recíprocos, são sócios em um contrato social denominado Constituição. Um Estado que respeita e zela pela coisa pública de seus cidadãos estimulará a comunidade a agir assim. Um Estado leniente com o bem comum estimulará em seus cidadãos, pobres ou ricos, um sentimento individualista, oportunista e saqueador. E criará o medo, a desordem e a instabilidade social.

Afirmar que a melhor solução para cortar os gastos com o combate às invasões é vender áreas públicas localizadas em bairros "ricos" ou reservas urbanas ambientais pode até ser um argumento apetitoso, que fica ainda mais atraente se, como uma cereja no bolo, acrescenta-se a ideia de que o dinheiro será solução para necessidades sociais. Mas é um argumento desonesto. Na verdade, é sempre mais fácil levantar recursos vendendo áreas

públicas, estejam elas em bairros pobres ou ricos, simplesmente porque os interesses são difusos. As chances de mobilização e pressão política ficam menores. Difícil, isso sim, é atacar os verdadeiros problemas que consomem os cofres públicos, como a corrupção, o despreparo administrativo e o comprometimento de governos com grupos específicos cujos interesses nada têm a ver com as prioridades sociais. Por exemplo, a especulação imobiliária. Assim, a alegação de que não há meios para impedir invasões em áreas públicas, então a solução é vendê-las, não é uma verdade. Quando as prioridades estão erradas, esse tipo de solução significa simplesmente transferir para poucos aquilo que antes pertencia à coletividade. E o dinheiro produzido pelo Estado com esta operação será consumido muito antes de trazer qualquer benefício social.

■ Alda Rabello Cunha, arquiteta, é membro do Conselho de Política Urbana do Instituto de Arquitetos de Brasília, do Conselho Local de Planejamento do Núcleo Bandeirante e da Comissão de Defesa do Meio Ambiente do Núcleo Bandeirante

NÃO

Temor a invasões é infundado

Marco Túlio Santana Rios

Muito se tem falado sobre a intenção do governo do Distrito Federal em criar novos lotes no Setor de Mansões Park Way. Diversos segmentos condenam o parcelamento e apóiam a ação de parte dos moradores sem nem mesmo saber ou procurar a verdade sobre a proposta de parcelamento.

O estudo foi iniciado pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante, via Conselho Local de Planejamento (composto por três membros indicados pelo poder executivo local e seis membros eleitos pela comunidade, dos quais quatro são representantes do Park Way) e por técnicos do Instituto de Planejamento Territorial Urbano do DF - IPDF. O princípio básico do estudo foi manter a tipologia habitacional existente com lotes de 20.000m², podendo ser parcelados em até oito frações, além de complementar o setor com áreas comerciais já previstas em seu memorial descritivo. Em momento algum do estudo ventilou-se a possibilidade de se criar lotes menores do que os hoje existentes; tampouco habitações multifamiliares (edifícios residenciais).

É de fundamental importância ressaltar a necessidade de uma análise diferenciada de ca-

da um dos três trechos que compõem o Park Way, por possuírem particularidades distintas umas das outras.

O trecho 03, que é composto pelas quadras 01, 03, 04 e 05, situa-se numa zona urbana de dinamização, na qual o Plano Diretor de Ordenamento Territorial — PDOT o define como área de expansão urbana prioritária onde deve ser promovido o adensamento e a ocupação do solo, respeitando as características do setor, bem como disponibilizar áreas para comércio e prestação de serviços.

O trecho 01, composto pelas quadras 06 a 13, está situado numa zona urbana de consolidação, onde o PDOT prevê a indução de ocupação das áreas ociosas com disponibilidade de infra-estrutura, consideradas a flexibilização e a diversificação de usos na consolidação das funções urbanas.

Já o trecho 02, que envolve as quadras 14 a 29, segundo o macrozoneamento do PDOT, está inserido em zona urbana de consolidação, também passível de serem criados lotes em áreas ociosas e fora de mananciais, porém, encontra-se numa área de proteção ambiental, motivo pelo qual foi solicitado pelo GDF o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental

— EIA/RIMA, que definirão se o parcelamento é possível e quais os critérios a serem adotados.

A diretriz dos trabalhos seguiu o que preconiza a Constituição Federal, de que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público, tem o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, bem como garantir o bem-estar de seus habitantes. Dessa forma, a vinculação de qualquer das ações de planejamento urbano ao PDOT é necessária e obrigatória. É essa Lei que representa as estratégias de ordenamento territorial, a consolidação de ocupação do núcleo urbano e as restrições ambientais de saneamento envolvidas. Assim, todo o estudo realizado até o momento pelo governo seguiu rigorosamente as premissas do PDOT.

Por outro lado, estamos enfrentando ações por parte de invasores e grileiros na região. Há uma determinação muito forte do governador para que a Administração Regional atue de maneira firme e eficaz, coibindo qualquer tipo de ação nesse sentido. Existem os invasores facilmente retirados, onde não há nenhum embasamento jurídico que os respalde a permanecer na

área. Há o cercamento de áreas verdes (algumas maiores que os próprios lotes) pelos próprios moradores, baseados na Lei 1.519 e ainda sob a alegação de estarem evitando a ação de invasores. Mas os casos mais graves são as invasões amparadas por liminares judiciais. Nesse último caso, a administração tem agido de forma efetiva, juntamente com a Procuradoria Geral do Distrito Federal, no sentido de derrubar as diversas liminares concedidas, evitando assim a grilagem de terras públicas em nossa região. Convém ressaltar que no estudo proposto não há nenhum favorecimento, nem poderia ser diferente, a qualquer tipo de invasor de área pública. Portanto, não há motivos de nenhum temor por parte dos moradores sobre possíveis invasões por causa do parcelamento em cogitação.

A polêmica gerada pelo projeto de lei encaminhado à Câmara Legislativa levou o governo a retirar o projeto de pauta para melhor esclarecimento à comunidade. É intenção do governo, após a conclusão do EIA/RIMA, retomar o exame de criação de lotes com os moradores de cada um dos três trechos separadamente.

■ Marco Túlio Santana Rios é administrador regional do Núcleo Bandeirante